



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A4 GERAL
Data: 06/10/2012

OAB e Sindifisco falam sobre provável Mensalão

Advogados e auditores fiscais acreditam que o MPE deve se posicionar sobre o assunto

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe (OAB/SE) e o Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe (Sindifisco) acreditam que o Ministério Público do Estado (MPE), na condição de legítimo fiscalizador do erário público, deve se posicionar acerca do suposto mensalão sergipano, denunciado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) em meados de setembro passado.

Segundo o presidente da OAB/SE, Carlos Augusto Monteiro, desde que foi cogitada a criação da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), um dos alvos da ação ajuizada pela PGE, a Ordem manifestou sua posição veementemente contrária a isso. "Ajuizamos, inclusive, uma ação direta de inconstitucionalidade, que ainda permanece no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Joaquim Barbosa. Por essa razão, a Ordem fica bastante à vontade em afirmar que a FHS foi um erro flagrantemente cometido, considerando que sob o argumento de que seria a solu-

ção para todos os problemas da saúde de Sergipe, mostrou justamente o contrário", destaca Carlos Augusto.

O presidente da OAB reforça que, por coincidência ou não, a partir da FHS, os problemas na Saúde sergipana foram se acentuando. Ampliaram-se também as denúncias acerca da má prestação de serviço, e tantas outras reclamações que vêm pautando a mídia local. "Por todo esse conjunto de situações acreditamos que cabe, neste momento, o posicionamento do MPE sobre o caso", reforça Monteiro.

Quanto à ação ajuizada pela PGE, o presidente da OAB assegura que a Ordem a considera legítima, tendo em vista que os procuradores também têm o dever de zelar pelo patrimônio público, pela fiel destinação dos recursos públicos para o atendimento dos direitos fundamentais dos cidadãos, a exemplo da saúde.

• Sem prévia condenação

Para Carlos Augusto, a ação da PGE recebe os aplausos da OAB. No entanto, ele julga importante esclarecer que esse fato não implica na existência de uma prévia condenação. "Como acontece em todo processo, será respeitado o princípio da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, buscando respaldar ou não as denúncias que foram apresentadas. O ajuizamento de uma demanda não representa uma ação imediata. Pelo contrário: é uma grande oportunidade de o Estado, através da FHS, mostrar à sociedade e à Justiça que todas as operações feitas encontram amparo na legalidade e respaldo na correta aplicação dos recursos públicos", diz.

Além disso, Monteiro acrescenta que

a denúncia, por si só, não pode ser representada como uma afronta ou como um instrumento maléfico para denegrir a imagem da própria FHS, dos seus agentes ou do Banco do Estado de Sergipe (Banese).

Para o auditor fiscal e presidente do Sindifisco, José Alberto Garcez de Carvalho, a FHS foi criada pelo Estado para modificar o formato do serviço público e como forma de privatizar a saúde local, que, segundo ele, passou a ser uma fundação com interesses privados. "Sem dúvida, o MPE era quem deveria estar correndo atrás disso tudo, para acompanhar de perto o que está acontecendo", explica José Alberto.

O presidente do Sindifisco acredita que a PGE tomou a ação correta quando ajuizou a ação em desfavor da FHS e da empresa Transurh. Mas, por se tratar de uma grave situação que envolve recursos públicos, José Alberto acredita que se faz necessária a ouvida do secretário de Estado da Fazenda, João Andrade. Além de ser o gestor das finanças públicas do Estado, ele também é presidente do Conselho Administrativo do Banese.

"Acredito que a efetivação de um empréstimo como esse, amplamente divulgado na imprensa, e que não se sabe se foi de R\$ 8 ou de R\$ 13 milhões, para uma empresa terceirizada, não seria uma ação permitida apenas pelo diretor do banco, sem antes passar pelo conselho", completa o presidente do Fisco. Na tarde de ontem, a reportagem do jornal Correio de Sergipe procurou a Assessoria de Comunicação do MPE e tentou localizar o secretário da Fazenda para falarem sobre o assunto, mas até o fechamento desta matéria não foi possível.



PARA A OAB A PARTIR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR, OS PROBLEMAS NA SAÚDE SERGIPANA FORAM SE ACENTUANDO